

**REDES DE RESISTÊNCIA: SOBERANIA ALIMENTAR E JUSTIÇA
SOCIOAMBIENTAL NO QUILOMBO DO BONFIM****REDES DE RESISTENCIA: SOBERANÍA ALIMENTARIA Y JUSTICIA
SOCIOAMBIENTAL EN EL QUILOMBO DO BONFIM****NETWORKS OF RESISTANCE: FOOD SOVEREIGNTY AND SOCIO-
ENVIRONMENTAL JUSTICE IN QUILOMBO DO BONFIM**

Julia Silva Rensi¹
e-mail: juliarensi@gmail.com



Nádia Jarouche Aun²
e-mail: nadiarpe@gmail.com



Ellen Monielle do Vale Silva³
e-mail: ellen@humaine.biz

Como referenciar este artigo:

RENSI, Julia Silva; AUN, Nádia Jarouche; SILVA, Ellen Monielle do Vale. Redes de resistência: soberania alimentar e justiça socioambiental no quilombo do Bonfim. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara v. 25, n. esp. 2, e025018, 2025. e-ISSN: 2359-2419. DOI: 10.47284/cdc.v25iesp2.20037



| Submetido em: 22/02/2025

| Revisões requeridas em: 26/08/2025

| Aprovado em: 15/10/2025

| Publicado em: 28/12/2025

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbaux
Prof. Me. Paulo José de Carvalho Moura
Profa. Me. Luana Estela Di Pires
Prof. Me. Lucas Barbosa de Santana
Prof. Me. Maurício Miotti

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – PE – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Professora de Relações Internacionais na Universidade Potiguar (UNP).

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Pesquisadora de pós-doutorado do programa de gestão pública e cooperação internacional.

³ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional.

RESUMO: Este estudo analisa a comunidade quilombola Senhor do Bonfim, em Areia – PB, e sua integração à Rede Comunidades que Sustentam a Agricultura na Paraíba (CSA Parahyba), evidenciando processos de resistência, organização comunitária e soberania alimentar. Fundada em 2020, a CSA Parahyba conecta agricultores quilombolas a consumidores urbanos, promovendo a agricultura sustentável, a diversificação produtiva e a cooperação entre produtores e co-agricultores. A pesquisa combina revisão bibliográfica e documental com estudo de caso, incluindo entrevistas semiestruturadas e visitas às áreas produtivas e de distribuição de alimentos, permitindo compreender a trajetória histórica da comunidade, suas práticas agrícolas, seus desafios socioambientais e as estratégias de fortalecimento das redes sociais. Os resultados indicam que a formação de redes como a CSA Parahyba fortalece o desenvolvimento sustentável, aproxima consumidores e produtores e contribui para a preservação da biodiversidade local, destacando o papel das comunidades quilombolas na construção de alternativas de produção e consumo de alimentos mais justas e resilientes.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombos. Agricultura familiar. Redes comunitárias.

RESUMEN: Este estudio analiza la comunidad quilombola Señor del Bonfim, en Areia – PB, y su integración a la Red Comunidades que Sustentan la Agricultura en Paraíba (CSA Parahyba), evidenciando procesos de resistencia, organización comunitaria y soberanía alimentaria. Fundada en 2020, la CSA Parahyba conecta a agricultores quilombolas con consumidores urbanos, promoviendo la agricultura sostenible, la diversificación productiva y la cooperación entre productores y co-agricultores. La investigación combina revisión bibliográfica y documental con estudio de caso, incluyendo entrevistas semi-estructuradas y visitas a las áreas productivas y de distribución de alimentos, lo que permite comprender la trayectoria histórica de la comunidad, sus prácticas agrícolas, desafíos socioambientales y estrategias para fortalecer las redes sociales. Los resultados indican que la formación de redes como la CSA Parahyba fortalece el desarrollo sostenible, aproxima a consumidores y productores y contribuye a la preservación de la biodiversidad local, destacando el papel de las comunidades quilombolas en la construcción de alternativas de producción y consumo de alimentos más justas y resilientes.

PALABRAS CLAVE: Quilombos. Agricultura familiar. Redes comunitárias.

ABSTRACT: This study examines the quilombola community Senhor do Bonfim, in Areia – PB, and its integration into the Communities that Sustain Agriculture Network in Paraíba (CSA Parahyba), highlighting processes of resistance, community organization, and food sovereignty. Founded in 2020, CSA Parahyba connects quilombola farmers with urban consumers, promoting sustainable agriculture, productive diversification, and cooperation between producers and co-farmers. The research combines bibliographic and documentary review with a case study, including semi-structured interviews and visits to productive and food distribution areas, allowing an understanding of the community's historical trajectory, agricultural practices, socio-environmental challenges, and strategies to strengthen social networks. Results indicate that networks like CSA Parahyba enhance sustainable development, bring consumers and producers closer together, and contribute to the preservation of local biodiversity, highlighting the role of quilombola communities in building more just and resilient food production and consumption alternatives.

KEYWORDS: Quilombos. Family farming. Community networks.

Introdução

No Brasil, as desigualdades socioambientais — historicamente enfrentadas por populações marginalizadas — têm se intensificado diante dos impactos das mudanças climáticas. Esses efeitos são particularmente evidentes nas comunidades quilombolas, que, além de carregarem as marcas da escravidão, enfrentam de forma desproporcional os desafios impostos às suas terras e aos seus modos de vida. Nesse contexto, promover a soberania alimentar em comunidades quilombolas e indígenas vai além da produção de alimentos: trata-se também de reparar desigualdades históricas e reduzir vulnerabilidades climáticas, contribuindo de forma concreta para a promoção da justiça ambiental.

A atuação por meio de redes sociais e produtivas tem se mostrado uma estratégia fundamental para fortalecer segmentos historicamente desfavorecidos, promover a soberania alimentar e criar alternativas sustentáveis à produção convencional de alimentos. A soberania alimentar permite que comunidades tenham controle sobre a produção de alimentos, técnicas agrícolas e gestão de recursos naturais, fortalecendo sua resiliência frente aos eventos climáticos extremos e intempéries econômicas.

Nesse contexto, a comunidade quilombola Senhor do Bonfim, localizada no Planalto da Borborema, em Areia - PB, oferece um caso emblemático de resistência e organização comunitária. Reconhecida oficialmente como quilombo em 2005, a comunidade desenvolveu, ao longo de décadas, práticas agrícolas diversificadas e mecanismos de cooperação interna que possibilitam a produção de alimentos, a preservação da biodiversidade e a manutenção de laços sociais robustos, mesmo diante de contextos de exclusão histórica e dificuldades socioambientais (Santos, 2017; Yogi, 2014).

A trajetória do Bonfim evidencia a importância da agricultura familiar na garantia do sustento local, bem como o papel das políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na ampliação do acesso a mercados e consumidores. Entretanto, desafios recentes, como o enfraquecimento do PRONAF, a partir de 2016, e os impactos da pandemia de COVID-19, mostraram a necessidade de estratégias alternativas para o escoamento da produção. Nesse cenário, emerge a Rede Comunidades que Sustentam a Agricultura na Paraíba (CSA Parahyba), criada em 2020, que conecta agricultores quilombolas a consumidores urbanos, promovendo a agricultura sustentável e fortalecendo a interdependência entre produtores e co-agricultores (FIOCRUZ, 2022; Junqueira; Moretti, 2018).

A CSA Parahyba exemplifica como a formação de redes pode articular diferentes atores sociais em torno de objetivos comuns, combinando o *bonding social capital*, que aproxima agricultores e consumidores com o *bridging social capital*, e que amplia conexões entre grupos distintos. O modelo de CSA chegou em João Pessoa com a unidade “Flor de Mel” e atualmente já existem quatro CSAs ativas. A rede atende cerca de 47 famílias, envolvendo agricultores dos Quilombos do Bonfim e Mata D’Água e projeta expansão para Campina Grande com o Quilombo Grilo. Embora ainda não tenha atingido a fase de integração plena com políticas públicas e mercados regionais — o *linking social capital* —, a rede constitui um espaço sólido de cooperação e aprendizagem mútua, consolidando práticas agroecológicas e fortalecendo a autonomia comunitária (Queiroga, 2024; Nierdele; Wesz, 2018).

A presente pesquisa utiliza o estudo de caso da comunidade quilombola Senhor do Bonfim e da CSA Parahyba para analisar a trajetória de resistência, organização e produção alimentar quilombola, evidenciando como a atuação através do formato de redes pode superar desigualdades estruturais e criar alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. O estudo combina revisão bibliográfica e documental com trabalho de campo, incluindo entrevistas semiestruturadas, visitas às áreas produtivas e acompanhamento das práticas de distribuição de alimentos, permitindo compreender a singularidade da comunidade dentro de um contexto mais amplo de agricultura familiar, políticas públicas e soberania alimentar.

O artigo está dividido em três seções: (1) a primeira seção aborda a revisão da literatura sobre redes e soberania alimentar; (2) a segunda seção trata da metodologia e métodos aplicados no estudo; e (3) a terceira e a quarta seções apresentam e discutem os resultados da pesquisa no estudo de caso do Quilombo do Bonfim.

A importância das redes para a soberania alimentar e para o fortalecimento da identidade quilombola

A relação entre justiça socioambiental e povos quilombolas no Brasil evidencia como a distribuição desigual de riscos e benefícios ambientais está profundamente marcada por hierarquias raciais e históricas. As comunidades quilombolas — formadas na resistência à escravidão e reconhecidas pela Constituição de 1988 (art. 68 do ADCT) — permanecem em situação de vulnerabilidade estrutural. A ausência de titulação efetiva de terras, somada à pressão de empreendimentos minerários, monoculturas agroexportadoras, hidrelétricas e

políticas ambientais excludentes, insere esses grupos em um cenário de disputa permanente. Esse quadro traduz o que Bullard (1990) e Acselrad (2004) definem como injustiça e racismo ambiental: populações negras e pobres afetadas de forma desproporcional por impactos negativos, sem acesso aos mecanismos estatais de proteção.

O território quilombola, no entanto, não se limita a um espaço físico de produção. Ele constitui a base da reprodução cultural, social, espiritual e identitária das comunidades, funcionando como espaço de resistência e de construção de modos de vida sustentáveis. Pesquisas como as de Arruti (2006) e Schmitt (2018) mostram que práticas agroecológicas, manejo comunitário e conhecimentos tradicionais quilombolas não apenas preservam a biodiversidade, mas também contribuem para mitigar as mudanças climáticas. Esse reconhecimento aproxima quilombolas de debates nacionais e internacionais sobre transição justa, conservação da sociobiodiversidade e adaptação climática, evidenciando como saberes locais dialogam com agendas multilaterais. Assim, o território afirma-se como *locus* de disputa política e epistêmica, em que os modos de vida quilombolas se contrapõem ao modelo hegemônico de desenvolvimento baseado na mercantilização da natureza.

É nesse contexto que a soberania alimentar assume papel central. Definida pela Via Campesina (1996) como o direito dos povos de decidir sobre seus sistemas alimentares, ela valoriza práticas agrícolas tradicionais, culturas locais e circuitos curtos de produção e consumo. Para os quilombolas, soberania alimentar e luta pela terra são inseparáveis, já que o território coletivo garante roças tradicionais, quintais produtivos e formas comunitárias de manejo que asseguram subsistência e continuidade cultural. Em contrapartida, a expansão do agronegócio — marcada pelo uso intensivo de agrotóxicos e monoculturas voltadas à exportação — ameaça à integridade ambiental, a segurança alimentar e a própria existência das comunidades. Assim, a soberania alimentar torna-se um eixo estratégico de resistência, conectando a luta contra a fome à preservação cultural e à construção de alternativas ao modelo agroexportador.

A persistência de violências contra lideranças quilombolas e a lentidão nos processos de titulação de terras revelam a prioridade conferida pelo Estado aos interesses do agronegócio e de grandes corporações em detrimento dos direitos coletivos. Diante desse cenário, a organização em redes sociais e políticas emerge como estratégia fundamental para fortalecer vozes marginalizadas, articular mobilizações e enfrentar estruturas de poder excludentes. Scherer-Warren (2006) caracteriza a sociedade civil como uma rede de diversidades que integra diferentes níveis de organização de interesses e valores cidadãos. Aun, Assis e Rodrigues

(2022) descrevem o processo de formação de redes sociais em três etapas: aproximação inicial entre atores, articulação efetiva com maior comprometimento e integração com outras dimensões sociais, evitando rupturas. Essa dinâmica se relaciona às noções de *bonding*, *bridging* e *linking* do capital social (Lin, 2001), fundamentais para consolidar mobilizações sociais em comunidades e sociedades. No caso quilombola, essas redes articulam dimensões locais — como as associações comunitárias — a instâncias regionais e nacionais de representação, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), fortalecendo a incidência política e a construção de narrativas próprias.

Mobilizações sociais, como lembram Westerhoff *et al.* (2018), consistem em ações coordenadas que ampliam a conscientização e impulsionam mudanças estruturais. Para Calabrese (2008), elas são evidências de ativismo e compromisso político, capazes de transformar tanto normas institucionais quanto práticas sociais. No campo da soberania alimentar, isso significa considerar como as comunidades se organizam em torno dos alimentos e dos sentidos que lhes atribuem. Produzir e decidir o que comer é, nesses contextos, uma prática que garante não apenas sobrevivência, mas também identidade e resiliência social e climática.

O conceito de soberania alimentar é mais abrangente do que segurança alimentar e nutricional, que está vinculado à qualidade e à segurança dos alimentos, e do que o conceito de sistemas alimentares, que abarca os processos vinculados desde a produção de alimentos até o seu consumo (Sabourin *et al.*, 2022). Ele articula esses aspectos ao enfatizar a autonomia política e cultural das comunidades. Como observam Sabourin *et al.* (2022), a forma como os grupos se organiza em torno dos alimentos revela identidades coletivas, fortalece vínculos e gera novas formas de resistência. Importante salientar que a compreensão de uma comunidade através de como se constituem suas redes sociais e técnicas traz componentes importantes sobre sua capacidade de resiliência frente a pressões externas, sejam elas relacionadas à forma como produzem seus alimentos ou como se organizam no território. Essa abordagem vai além de uma perspectiva centrada nos atores: ela entende determinada conformação social como parte de uma macroestrutura; uma rede de relações conectada a outras redes (Niederle; Wesz, 2018).

O *Intergovernmental Panel on Climate Change* (2022) reforça que as vulnerabilidades a eventos climáticos extremos são determinadas por fatores como localização geográfica, desigualdade econômica e estruturas sociais. A conformação de redes, nesse sentido, fortalece a capacidade de comunidades marginalizadas reivindicar direitos. A experiência da comunidade

quilombola do Bonfim ilustra esse processo: a partir do uso do solo e da produção de alimentos, reivindicou-se reconhecimento político e territorial, demonstrando a centralidade da soberania alimentar na luta por justiça ambiental (Bullard, 2004; Acselrad; Mello; Bezerra, 2009; Milanez, 2011).

Assim, compreendemos que antes de integrar redes amplas e complexas, é essencial consolidar vínculos internos seguros e soberanos entre os membros de cada comunidade. Uma vez fortalecida a identidade coletiva, o alimento torna-se um ponto focal da rede, assegurando a sustentabilidade material e simbólica do grupo. A soberania alimentar, nesse sentido, não apenas fortalece a justiça ambiental e social, mas também se apresenta como ferramenta estratégica para garantia de direitos, preservação cultural e democratização dos sistemas alimentares.

Metodologia e estratégia de pesquisa

A abordagem metodológica adotada combina revisão bibliográfica e documental com a realização de estudo de caso na comunidade quilombola Senhor do Bonfim, em Areia - PB. Optou-se pela realização de um estudo de caso com pesquisa de campo, a fim de analisar a trajetória de resistência da comunidade sob a perspectiva das redes e da soberania alimentar. Como destacam Henriques *et al.* (2015), trabalhar com estudos de caso exige do pesquisador a capacidade de compreender os mecanismos de funcionamento de cenários marcados por múltiplas interações. Trata-se, portanto, de uma estratégia amplamente utilizada em pesquisas que buscam compreender uma realidade particular inserida em um contexto mais amplo. Nessa mesma direção, Rezende (2011) argumenta que o estudo de caso lida com causalidades complexas, permitindo ajustar o foco sobre situações específicas sem perder de vista a totalidade em que se inserem. Assim, ao analisar uma comunidade quilombola em particular, busca-se compreender sua singularidade dentro de um quadro mais abrangente.

A coleta de dados ocorreu ao longo de 2024 em três etapas distintas, conduzidas por uma única pesquisadora da equipe. No primeiro momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas on-line exclusivamente com os responsáveis pela distribuição dos alimentos produzidos pelo Quilombo. Na segunda etapa, durante uma visita de aproximação, foi possível acompanhar presencialmente o processo de distribuição — incluindo a organização dos itens, a pesagem, a separação e a entrega —, além de estabelecer diálogos informais com alguns consumidores. Por fim, realizou-se uma visita ao Quilombo do Bonfim, que incluiu o contato

direto com as áreas produtivas e com os espaços coletivos destinados ao processamento da produção e à captação de água para as lavouras, bem como a coleta de informações adicionais sobre a história do grupo e do território quilombola.

De acordo com Rezende (2011), a situação presente — ou variável dependente — é uma consequência da situação inicial vivida por um grupo de pessoas e a compreensão do contexto atual também nos fornece possibilidades de aproximação — criação de laços ou *bonding* — com a comunidade. Por isso, a primeira etapa da pesquisa consistiu em entrevistas. Essa etapa foi importante para construirmos laços de confiança suficientemente estáveis e que nos permitissem entender as condições iniciais (Rezende, 2011) de sua história.

As visitas de campo ao quilombo foram complementadas por entrevistas semiestruturadas com membros do CSA Parahyba⁴. As ferramentas utilizadas durante o desenvolvimento dessa etapa da pesquisa foram os roteiros de perguntas. Utilizamos equipamentos para gravação de entrevistas quando elas foram realizadas de forma não presencial. A partir das informações coletadas, foi possível analisar a importância dos(as) quilombolas dentro do contexto da produção e da distribuição de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar no estado da Paraíba.

A análise dos dados consistiu no cruzamento das informações coletadas em campo com documentos oficiais do Governo Federal e, em seguida, com trabalhos científicos já publicados sobre o quilombo Senhor do Bonfim. Esse processo tem como objetivo construir uma reflexão crítica sobre a luta da comunidade quilombola pela soberania alimentar, destacando o papel das redes estabelecidas entre os territórios rural e urbano por meio do CSA Parahyba.

Comunidade quilombola Senhor do Bonfim

A localização da comunidade quilombola no Planalto da Borborema, no município de Areia - PB, evidencia a influência das condições geográficas e ambientais sobre suas práticas produtivas. Apesar de inserida no semiárido, a região caracteriza-se por um microclima de altitude com alta umidade e pluviosidade média anual de 1300 mm, o que a distingue como brejo de altitude ou refúgio florestal (Marques *et al.*, 2015). Essa especificidade ambiental cria condições favoráveis à agricultura, mas também impõe desafios, sobretudo em função da

⁴ Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é um modelo que promove o desenvolvimento agrário sustentável, aproximando produtores e consumidores por meio da venda direta de alimentos orgânicos. Disponível em: <https://csabrasil.org/csa/sobre/>. Acesso em: 1 maio 2024.

fragilidade do solo (Argissolo Vermelho-Amarelo Eutrófico), que, quando mal manejado, é suscetível à erosão e à perda de fertilidade. Nesse contexto, a produção agrícola da comunidade depende de estratégias que conciliem potencialidades locais — como o regime de chuvas e a diversidade da vegetação — com práticas de manejo sustentável capazes de mitigar riscos socioambientais.

A constituição e o reconhecimento da comunidade como quilombo são processos recentes. Em 2005, a Fundação Cultural Palmares publicou uma portaria no Diário Oficial da União, registrando e certificando a comunidade como remanescente quilombola (Brasil, 2005). Esse documento marcou o início de um extenso processo para garantir a segurança territorial dos habitantes e assegurar sua permanência na localidade.

Contudo, a história da comunidade é antiga e os registros encontrados datam de 1920, quando o local ainda era uma propriedade particular (Santos, 2017). Os depoimentos coletados e os materiais consultados trazem um histórico de produção agrícola dedicado à cana de açúcar (açúcar e álcool) e agave (sisal). Além do trabalho nos campos de cultivo, havia um engenho onde se produzia, principalmente a cachaça — além de melaço, açúcar e rapadura. Esse sistema durou até 1982 quando a produção de cana-de-açúcar entrou em decadência. Dez anos depois, o engenho foi desativado e uma parte das terras é arrendada para a produção extensiva de gado.

De acordo com Yogi (2014), durante todo o período em que a fazenda era produtiva, os trabalhadores responsáveis pelo plantio, pela colheita e pelo processamento trabalhavam em um sistema que o autor denominou *sujeição*, a qual consistia em usar a força de trabalho em troca de moradia e comida. Esse sistema não estabelece um valor específico pelo trabalho prestado e muito menos o número de horas diárias de trabalho. A comida, na maioria das vezes, era proveniente de cultivos que os trabalhadores mantinham no espaço de moradia do qual tinham, sobrando poucas horas no dia para o cuidado com os seus roçados particulares. Quando recebiam algum pagamento em dinheiro, trocavam na mercearia da própria fazenda por produtos que não tinham, como sabão, sal ou feijão (Yogi, 2014).

Esse formato de organização do trabalho, que nos remete a modelos escravocratas, bem difundidos em muitas regiões brasileiras e, em especial, em plantios de cana-de-açúcar e algodão, perdurou na fazenda até o início do século XXI, quando os proprietários decidiram vender suas terras. Ironicamente, de acordo com o depoimento de uma das lideranças atuais do quilombo do Bonfim, foi nesse período que “tudo piorou [...]” (Entrevista de campo concedida as autoras, 2024). Com a venda das terras, os novos proprietários optaram por expulsar os antigos moradores. Inicialmente, propuseram uma pequena área para ser dividida entre as

famílias — que, de acordo com Yogi (2014), eram na época 25 famílias — mas que não foi possível um acordo entre eles, e, então, começaram as ameaças e o uso da violência contra as famílias do Bonfim.

O conflito teve início em 2001. As condições em que todos eles viviam eram de muita restrição; eles “mal tinham roupa para vestir” (Yogi, 2014, p. 27) e muito menos condições de sair daquele território e iniciar a vida em outro lugar. Durante todos os anos que passaram sob o regime de sujeição, não tiveram acesso a saúde e educação. Foram décadas vivendo naquelas condições e construindo, na medida do possível, suas histórias através da agricultura e da reciprocidade entre as famílias. Sendo assim — e com pouca perspectiva para sair daquele território — as famílias optaram por lutar pelo seu espaço. Foram alguns anos enfrentando a violência armada e o desrespeito, invasões, assaltos e incêndios criminosos até que, através da Associação de Apoio às Comunidades Quilombolas da Paraíba (AACADE) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como de órgãos federais responsáveis pelo ordenamento territorial, iniciou-se o processo de demarcação e reconhecimento da comunidade quilombola do Bonfim (Santos, 2017).

É importante entender que o conceito de comunidade quilombola está diretamente ligado aos períodos coloniais entre os séculos XVIII e XIX. As comunidades eram formadas por trabalhadores negros escravizados e que conseguiam fugir de seu destino nas propriedades dedicadas ao café, à cana-de-açúcar e ao algodão para constituir suas próprias comunidades. No entanto, após o fim do período escravocrata, muitos trabalhadores negros — ainda sem um lugar próprio para viver, sofrendo os mesmos tipos de preconceito aos quais estavam sujeitos durante a escravidão — passaram a aceitar, não mais como escravizados, mas, sim, como meeiros ou trabalhadores rurais, a condição de sujeição nas propriedades rurais. De acordo com Santos (2017), essa condição faz com que surjam os quilombos modernos, ou seja, comunidades que se reconhecem como população negra pertencente àquela localidade, não porque estão ali desde o período escravocrata, mas, sim, porque se constituíram naquela localidade e criaram ali as suas raízes.

O direito ao autorreconhecimento está previsto na Constituição Brasileira (Brasil, 1988) e é o que garante a essas comunidades quilombolas — como a do Bonfim — o direito de poder reclamar seu território. O processo que envolve a formação de uma comunidade como essa está sempre conectado a uma resistência de grupo que, uma vez envolvidos como comunidade, criam laços de parentesco e amizade, e passam a construir juntos suas características para que seja possível sobreviver — ainda que à margem da sociedade. São histórias que envolvem

agricultura e produção de alimentos, religião e manifestações culturais, bem como o aprimoramento de técnicas para construção de moradias, ferramentas e demais utensílios.

Em 2025, a comunidade quilombola Senhor do Bonfim completará 20 anos de reconhecimento oficial, marco que lhe assegurou maior autonomia na organização social e produtiva de seu território. A base econômica local assenta-se na agricultura e na prestação de serviços, seja em outras propriedades rurais, seja na construção civil. Embora crianças, jovens e adultos tenham hoje mais acesso às escolas e unidades de saúde, tal avanço não garante, por si só, a efetiva apropriação de direitos ou a plena incorporação dos benefícios ofertados pelo Estado, sobretudo por se tratar de uma população historicamente situada à margem da sociedade.

De acordo com dados levantados durante entrevistas e visitas a campo, percebe-se a complexidade que envolve os moradores do Bonfim em seu processo de se constituir como uma comunidade autônoma e, ao mesmo tempo, garantir o usufruto de cada indivíduo sobre os seus direitos de cidadão. A começar pela: (i) localização do quilombo do Bonfim: o distrito de Cepilho situa-se a extremo oeste do município de Areia, e as estradas que dão acesso ao centro urbano do município ainda oferecem algumas dificuldades em períodos mais chuvosos, dificultando o transporte de alimentos e de pessoas; (ii) saneamento: por estar em uma área rural, não há fornecimento de água potável, coleta ou tratamento de efluentes e coleta de resíduos sólidos — eles são queimados pelos próprios moradores —; e (iii) acesso à saúde e educação: não há na comunidade escolas rurais de ensino infantil ou fundamental; as crianças de até 10 anos frequentam a escola no distrito de Cepilho e, a partir de então, devem seguir para Areia ou Remígio, cujo centro urbano fica mais próximo que o de Areia. A mesma situação se repete com o acesso a postos de saúde.

Foram décadas de muita restrição e isolamento e a comunidade tem vivido na atualidade uma espécie de reinserção na sociedade, que consiste, inclusive, em entender qual papel querem desempenhar nessa nova realidade que construíram para si. Atualmente, a Comunidade tem 122 hectares de área, divididas entre 21 famílias (CPI-SP, 2021) e possui como principal atividade econômica a agricultura — mais precisamente o policultivo —, e muitas das áreas onde essas atividades ocorrem são áreas declivosas, o que exige um maior esforço físico dos agricultores, maior capacidade técnica — seja para conservação dos solos, seja para instalação de um esquema para irrigação — e melhor gestão de suas áreas de pousio. O desenvolvimento de uma agricultura mais diversificada veio em função da condição de comunidade reconhecida como

quilombola, autônoma e com a necessidade de produzir o seu sustento, não apenas o alimento que precisam para a alimentação, mas também um excedente para gerar renda às famílias.

Os recursos para a construção de casas, cisternas e açudes foram obtidos por meio de fundos públicos, permitindo que as famílias desenvolvessem maior autonomia financeira, especialmente ao investirem na produção agrícola voltada aos programas de aquisição de alimentos do governo federal. Além disso, os agricultores passaram a contar com assistência técnica gratuita, o que favoreceu o manejo mais eficiente dos recursos naturais e contribuiu para o aumento da produtividade.

Já não é possível avistar traços da monocultura, que, por pouco mais de seis décadas, dominou a paisagem daquela localidade. Conforme descrito anteriormente, a região do brejo paraibano, onde está localizada a comunidade do Bonfim, possui características edafoclimáticas que favorecem a agricultura, pela qualidade de seus solos e pela umidade típica de sua condição geográfica, mas está rodeada por áreas áridas e semiáridas, caracterizando uma região com certa fragilidade ambiental. A prática intensiva da monocultura pode contribuir para a diminuição da biodiversidade local e impactar diretamente na condição de disponibilidade de nutrientes do solo. Essa prática, somada à ocupação antrópica, às mudanças climáticas e à dificuldade de ordenamento territorial, pode comprometer, entre outras coisas, a capacidade de abastecimento de água para as comunidades locais e para a agricultura.

Na comunidade quilombola do Bonfim, observa-se uma realidade distinta. A prática da agricultura diversificada contribui para a preservação da biodiversidade local, enquanto a organização comunitária se manifesta na criação de uma associação e na construção coletiva de uma casa de farinha. Há também um ressurgimento da capoeira, especialmente nas áreas próximas aos açudes. Com a comunidade mais estruturada, surgem iniciativas voltadas ao turismo rural, que permitem aos visitantes conhecerem a história do quilombo. Atualmente, há um restaurante que atende às visitas e moradores que oferecem hospedagem, configurando o que se denomina turismo comunitário.

A narrativa dos atuais moradores da comunidade preserva a memória das violações de direitos humanos e da longa omissão do Estado, que impactaram o território, tanto em termos de biodiversidade quanto de desenvolvimento humano. No entanto, a comunidade conseguiu reverter essa trajetória, reinventando-se dentro de uma macroestrutura e superando a dualidade na qual estava inserida, ao criar sua própria rede social e técnica (Nierdele; Wesz, 2018). Esse processo só se concretiza quando os moradores reconhecem que a união é o caminho fundamental. A forma como a história é contada pelos entrevistados, aliada às observações das

dinâmicas internas da comunidade, evidencia como os quilombolas organizaram-se e passaram a funcionar como uma rede articulada em torno de interesses coletivos.

Ao longo de 2024, a comunidade do Bonfim foi observada a partir de diferentes perspectivas. No primeiro momento, o contato ocorreu apenas com os produtores de alimentos, mediado pelo que produziam. Em seguida, a aproximação com a história da comunidade se deu por meio dos coordenadores das feiras de rua e de gestores públicos. O terceiro momento ocorreu dentro da própria comunidade, quando foram ouvidas histórias do passado e suas conexões com o presente. Por fim, em um evento público na UFPB, foi possível presenciar a atuação dos integrantes da comunidade junto aos atores políticos, relatando sua história e reivindicando parcelas da dívida histórica do Estado.

Atualmente, a comunidade quilombola Senhor do Bonfim integra a Rede CSA Parahyba, uma rede de Comunidades que Sustentam a Agricultura, com entregas semanais de alimentos em João Pessoa. Trata-se da primeira CSA do Brasil vinculada a um quilombo, que continua contribuindo para programas institucionais de aquisição de alimentos e atendendo consumidores em feiras de rua.

Formação de redes: conectando a agricultura familiar quilombola e centros urbanos

A formação de redes pode ser uma solução poderosa para enfrentar desafios coletivos, pois permite articular diferentes atores sociais, comunidades e movimentos em torno de objetivos comuns. Essas redes possibilitam a troca de conhecimento, a ampliação de vozes marginalizadas e a construção de estratégias colaborativas que enfrentam as desigualdades estruturais. Além disso, ao conectar escalas locais, regionais e globais, as redes criam oportunidades para o compartilhamento de boas práticas, o fortalecimento da resistência comunitária e a influência em políticas públicas e narrativas globais sobre sustentabilidade e equidade social (Nierdele; Wesz, 2018).

Um exemplo relevante de formação de rede é a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). Inspirada no movimento Teikei, surgido no Japão na década de 1960, a CSA chegou ao Brasil em 2011 e atualmente reúne mais de 300 comunidades pelo país (Junqueira; Moretti, 2018). Sem fins lucrativos, a CSA organiza-se como uma rede na qual consumidores locais financiam, por um período previamente acordado, o orçamento de um empreendimento agrícola próximo, recebendo em troca alimentos cultivados sem custos adicionais. Essa parceria oferece aos agricultores maior previsibilidade financeira e reduz desperdícios, ao mesmo tempo em que

garante aos consumidores — chamados coagricultores — acesso a produtos orgânicos a preços justos.

Além disso, os coagricultores apoiam a gestão, organização e distribuição dos alimentos, criando pontos de partilha na comunidade. O apoio é incondicional, com perdas ou abundâncias sendo compartilhadas entre agricultores e coagricultores, promovendo solidariedade e resiliência (Santos, 2015). Além de fomentar a agricultura sustentável, as CSAs oferecem formação prática desde 2014, capacitando agricultores e consumidores em aspectos como criação, gestão e planejamento diversificado, fortalecendo a agroecologia e promovendo a organização comunitária (Queiroga, 2024).

Diferentemente de programas governamentais centralizados de aquisição de alimentos, essa rede promove a organização autônoma da sociedade para garantir o abastecimento, aproximando diretamente agricultores e consumidores. Essa estratégia reflete os princípios do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que defendem a redução da distância entre produtor e consumidor como forma de melhorar a qualidade da alimentação e fortalecer a segurança alimentar.

O propósito de uma CSA é promover um acordo entre consumidores e agricultores sobre produção, fornecimento e consumo de alimentos em um formato mutuamente benéfico. Os consumidores devem compreender os processos envolvidos na produção dos alimentos que desejam adquirir, enquanto os agricultores precisam reconhecer as demandas dos consumidores e como atendê-las de maneira satisfatória. Ambos os grupos devem estar cientes da relação de interdependência que os conecta. Segundo a diretoria geral da CSA no Brasil, uma comunidade que sustenta a agricultura é composta por agricultores, cooperativas, associações e consumidores. Para a entidade, o termo comunidade engloba todas as pessoas dispostas a se unir em apoio à agricultura.

A rede nacional de CSAs reconhece que esse modelo de organização é essencial, pois busca valorizar a cultura de quem trabalha diretamente com a terra. Parte-se do princípio de que os agricultores, responsáveis pela produção de alimentos e pela preservação do solo, muitas vezes recebem pouca atenção na sociedade, sobretudo no meio urbano. Nesse contexto, as CSAs surgem como uma alternativa para destacar o papel de quem cultiva, promovendo o cuidado com o meio ambiente e conectando diretamente produtores e consumidores. Fundamentadas em princípios agroecológicos, as CSAs contrastam com o modelo mercantil da agricultura convencional. Ao enfatizar o cultivo e consumo locais, elas tornam a cadeia

produtiva mais sustentável, criando um circuito encurtado que prioriza a relação direta e transparente entre agricultores e consumidores, sem a presença de intermediários (Queiroga, 2024).

No Nordeste, as CSAs somam cerca de 33 iniciativas, entre ativas e em formação, destacando o grande potencial da região, que concentra o maior número de agricultores familiares do país (Queiroga, 2024; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura [CONTAG], 2024). Vale destacar que a agricultura familiar no Nordeste apresenta características sociais e geográficas únicas que a diferenciam do perfil encontrado em outras regiões. Uma dessas particularidades é que 73% dos agricultores familiares da região são pretos e pardos — um percentual significativamente superior à média nacional, que é de 55% (Aquino, 2023).

Na Paraíba, os agricultores do quilombo Senhor do Bonfim estruturaram grande parte de sua produção agrícola com o apoio de programas públicos de compra de alimentos, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entretanto, com o enfraquecimento do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), a partir de 2016 e com os impactos da pandemia de covid-19, o grupo enfrentou dificuldades para escoar o excesso de produção, tornando necessária a busca por novos consumidores. Esse cenário foi o ponto de partida para a criação da Rede Comunidades que Sustentam a Agricultura na Paraíba (CSA Parahyba), conforme entrevistados (Entrevista anônima concedida a Nádia Jarouche Aun, 2024). De um lado, havia o interesse de algumas pessoas em formar um grupo de CSA, e de outro, uma comunidade de agricultores que precisava dar vazão à sua produção.

A análise da CSA Parahyba revela sua evolução por meio de três etapas fundamentais: aproximação inicial, articulação e fortalecimento, e integração e consolidação. No estágio inicial, a rede formou-se com base em vínculos pessoais e afinidades, caracterizando o *bonding social capital*, que une agricultores e consumidores locais em torno do objetivo comum de apoiar a agricultura sustentável. Fundada em 2020, em meio à pandemia de covid-19, a CSA Parahyba iniciou suas atividades com a primeira unidade em João Pessoa, denominada “Flor de Mel”, estabelecendo parceria entre coagricultores da cidade e um agricultor do Quilombo do Senhor do Bonfim. Desde então, a rede expandiu-se e atualmente conta com quatro CSAs em funcionamento em João Pessoa — “Flor de Mel”, “Flor de Quilombo”, “Flor de Areia” e “Mata D’Água” —, envolvendo agricultores do Quilombo do Bonfim e do território Mata D’Água, em Alhandra - PB. Além disso, uma nova CSA está em planejamento em Campina Grande, com agricultores do Quilombo Grilo, em Riachão do Bacamarte - PB. Atualmente, as CSAs

paraibanas atendem cerca de 47 famílias, demonstrando um crescimento significativo na articulação entre produtores e consumidores locais (Fiocruz, 2022).

À medida que a rede cresce, busca-se ampliar conexões entre diferentes grupos — agricultores, consumidores e cooperativas — promovendo o *bridging social capital* e criando pontes entre esses atores. A Rede CSA Parahyba apresenta todos os componentes necessários para a formação de uma rede funcional: (i) um objetivo compartilhado, centrado na produção e no consumo de alimentos; (ii) uma diversidade de capitais sociais individuais entre os participantes; e (iii) a compreensão da importância de aproximar consumidores e produtores. No entanto, segundo as coordenadoras do projeto, o desafio principal está em articular esses elementos de forma efetiva, promovendo fluxos de interação e confiança que sustentem essa conexão.

Nesse contexto, a CSA Parahyba ainda não atingiu a fase de integração e consolidação que permitiria avançar para esferas mais amplas — como políticas públicas e mercados regionais — por meio do *linking social capital*. Essa etapa seria fundamental para garantir maior sustentabilidade e expansão à rede. Apesar disso, a CSA Parahyba já se estabelece como uma iniciativa sólida, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a conexão direta entre os diversos atores envolvidos.

Considerações finais

O estudo da comunidade quilombola Senhor do Bonfim e da Rede CSA Parahyba evidencia a importância das redes sociais e produtivas na promoção da soberania alimentar, da agricultura sustentável e da organização comunitária. A experiência do Bonfim demonstra que comunidades historicamente marginalizadas podem conquistar autonomia e fortalecer vínculos sociais por meio de práticas agrícolas diversificadas, cooperação interna e participação em programas públicos de aquisição de alimentos.

A superação do passado marcado pela monocultura de cana-de-açúcar e sisal revela como o reconhecimento legal da terra, aliado ao acesso a políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, foi fundamental para diversificar a produção, preservar a biodiversidade e consolidar a autonomia econômica. O conjunto de fatores — incluindo assistência técnica gratuita e investimentos em infraestrutura como cisternas, açudes e moradias — contribuiu para aumentar a resiliência da comunidade frente à vulnerabilidade ambiental característica do brejo paraibano.

A criação e a expansão da CSA Parahyba revelam o potencial das Comunidades que Sustentam a Agricultura em conectar agricultores quilombolas a consumidores urbanos, promovendo solidariedade, aprendizado mútuo e valorização do trabalho agrícola local. Embora a rede ainda não tenha alcançado total integração com políticas públicas e mercados regionais, sua consolidação contribui de maneira significativa para o desenvolvimento sustentável, para a preservação da biodiversidade e para a ampliação do impacto socioeconômico da agricultura familiar.

A organização comunitária e a participação em redes, como a CSA, configuram-se como estratégias centrais de resistência e de construção de alternativas sustentáveis de produção e subsistência. A experiência do Quilombo do Bonfim evidencia que a articulação em coletivos fortalece a segurança alimentar e a autonomia econômica, além de reconhecer essas populações como protagonistas na definição de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável. Nesse sentido, políticas públicas devem assegurar acesso equitativo a recursos e oportunidades, respeitando as especificidades quilombolas. A sua inclusão nos debates sobre segurança alimentar é fundamental para enfrentar desigualdades socioambientais e ampliar a capacidade de adaptação diante das mudanças climáticas.

O estudo revela ainda que iniciativas como a CSA Parahyba promovem não só o acesso a alimentos de qualidade, mas também a consolidação da autonomia comunitária, configurando modelos de organização social e produtiva que conectam interesses locais, regionais e urbanos de forma colaborativa e resiliente. Pesquisas futuras podem aprofundar essa discussão, investigando políticas públicas e experiências comunitárias voltadas à promoção de maior resiliência e inclusão de quilombolas e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AQUINO, Joacir Rufino. Agricultura familiar no Nordeste e suas perspectivas. **Instituto Fome Zero**, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://ifz.org.br/agricultura-familiar-no-nordeste-e-suas-perspectivas/>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- AUN, Nelson José; ASSIS, Renato Linhares de; RODRIGUES, Olienaiide. Desenvolvimento rural endógeno em ambientes de montanha a partir do envolvimento das redes rurais em laços de reciprocidade. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 42, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/65251>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 23, de 3 de maio de 2005**. Brasília, DF: MAPA, 2005.
- BULLARD, Robert D. Environmental justice: it's more than waste facility siting. **Social Science Quarterly**, v. 77, n. 3, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42863495>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- CALABRESE, Andrew. Social mobilization. In: DONAHEW, Lewis (ed.). **The International Encyclopedia of Communication**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2008.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Anuário da Agricultura Familiar 2024**. Brasília, DF: CONTAG, 2024. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/18459-2234957-anua%CC%81rio-agricultura-2024.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Senhor do Bonfim: informações gerais. 2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br/senhor-do-bonfim/>. Acesso em: 4 jan. 2025.
- ENTREVISTA com integrante da Comunidade que Sustenta a Agricultura Brasil. Areia, Paraíba, nov. 2024.
- ENTREVISTA com integrante da Comunidade que Sustenta a Agricultura Parahyba. Areia, Paraíba, nov. 2024.

ENTREVISTA com integrante da Comunidade Quilombola Senhor do Bonfim. Areia, Paraíba, nov. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Rede de comunidades que sustentam a agricultura na Parahyba. **Ágora Fiocruz**, 2022. Disponível em: <https://solucoes.agora.fiocruz.br/solucao/solucao-social/rede-de-comunidades-que-sustentam-agricultura-na-parahyba>. Acesso em: 14 jan. 2025.

HENRIQUES, Anna Beatriz Leite; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. **Revista Debates**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 9-23, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/52333>. Acesso em: 14 dez. 2025.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio; MORETTI, Sergio Luiz do Amaral. Comunidade que sustenta a agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 517-538, 2018.

LIN, Nan. **Social capital: a theory of social structure and action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MARQUES, Adonias de Lima *et al.* Solos-relevo e áreas agrícolas: correlações com a degradação de solos nos brejos de altitude da Paraíba. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, Aquidabã, v. 6, n. 2, p. 91-100, 2015.

MILANEZ, Bruno. **Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil**. Rio de Janeiro: CEDE, 2011. (Discussion Paper, n. 38). Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/cede/tds/TD38_2.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2018.

QUEIROGA, Amanda. Entenda como as CSAs conectam comunidades rurais e urbanas através da economia solidária. **Impacta Nordeste**, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://impactanordeste.com.br/entenda-como-as-csas-conectam-comunidades-rurais-e-urbanas-atraves-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de casos na ciência política comparada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 6, 2011.

SABOURIN, Eric *et al.* Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil. In: GRISA, Catia *et al.* (org.). **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2022.

SANTOS, Girlaine S. Território e pertencimento: as mulheres da comunidade negra Senhor do Bonfim - Areia/PB. **Embornal**, Fortaleza, v. 8, n. 15, 2017.

SANTOS, Wagner. Criação de uma unidade de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). **Transforma Fundação Banco do Brasil**, 2015. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/criacao-de-uma-unidade-de-comunidade-que-sustenta-a-agricultura-csa->. Acesso em: 14 jan. 2025.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf. Acesso em: 6 fev. 2025.

SCHMITT, Alessandra. Territórios quilombolas e justiça ambiental no Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 41, 2018.

VIA CAMPESINA. **Soberania alimentar**: um direito para os povos. Roma: Via Campesina, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org>. Acesso em: 26 ago. 2025.

WESTERHOFF, Lisa *et al.* Social mobilization on climate change and energy: an evaluation of research projects in British Columbia, Canada. **Energy Research & Social Science**, [s. l.], v. 46, p. 368-380, 2018.

YOGI, Euriko dos Santos. **Impacto de políticas públicas em comunidade quilombola, Senhor do Bonfim-PB**. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Gostaríamos de agradecer aos quilombolas do Quilombo do Bonfim e aos membros do CSA Parayba por nos receberem e concederem entrevistas.
 - ☐ **Financiamento:** A pesquisadora Nádia Jarouche Aun obteve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ – PB)
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há.
 - ☐ **Aprovação ética:** Todas as entrevistas tiveram a autorização dos entrevistados, assim como as gravações. As visitas ao Quilombo também foram autorizadas pelas lideranças.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Em anexo, foi enviado o instrumento de pesquisa das entrevistas.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Julia Silva Rensi contribuiu com a pesquisa geral do texto, organização das informações e revisão final do artigo. Nádia Jarouche Aun contribuiu com a pesquisa de campo (entrevistas e sistematizações) e com o desenvolvimento do texto. Ellen M. Silva contribui com a pesquisa bibliográfica e revisão técnica do artigo.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

